



POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE DE SEUS LIMITES COM FOCO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SAPÉ-PB

Alysson André Oliveira Cabral ¹
Ivan Targino Moreira ²

RESUMO

O trabalho objetiva analisar a política de Reforma Agrária e suas limitações, a partir de pesquisa bibliográfica sobre as políticas agrárias adotadas no Brasil e de pesquisa de campo nos assentamentos rurais do município de Sapé-PB. Partimos da constatação de que o Estado contemporâneo existe para defender a propriedade privada capitalista e assegurar a reprodução da sociedade de classes. Entendemos o território como fração do espaço geográfico e a Reforma Agrária como uma política que visa alterar a estrutura de ocupação desse espaço. No Brasil, governo após governo, a política oficial de Reforma Agrária tem sido esvaziada. Constatamos que, em Sapé-PB, apesar de a luta pela terra ter, historicamente, se constituído como oposição ao poder e controle exercido pelo capital açucareiro, contraditoriamente, a autonomia e a reprodução camponesa dependem hoje do relacionamento com essa fração do capital, pelo trabalho assalariado na lavoura canavieira e pelo arrendamento de parte dos lotes pelas usinas para cultivo de cana-de-açúcar. A produção das famílias é fundamentalmente para subsistência, utilizando técnicas tradicionais de cultivo, apesar de experiências agroecológicas consideradas bem-sucedidas nos próprios assentamentos. As possibilidades de comercialização se ampliaram, mas a venda do excedente ainda depende do atravessador. Observamos um território em construção, um território de esperança, em que elementos de subordinação ainda não foram completamente abolidos. A conclusão é de que, sob a hegemonia do capital, não há espaço para uma política efetiva de Reforma Agrária no Brasil, que desconcentre a propriedade da terra e permita ao campesinato organizar a produção autonomamente.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Campesinato, Territórios de Esperança.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo analizar la política de Reforma Agraria y sus limitaciones, a partir de la investigación bibliográfica sobre las políticas agrarias adoptadas en Brasil y la investigación de campo en asentamientos rurales en el municipio de Sapé-PB. Partimos de la observación de que el Estado contemporáneo existe para defender la propiedad privada capitalista y asegurar la reproducción de la sociedad de clases. Entendemos el territorio como una fracción del espacio geográfico y la Reforma Agraria como una política que apunta a cambiar la estructura de ocupación de este espacio. En Brasil, gobierno tras gobierno, la política oficial de Reforma Agraria se ha visto socavada. Encontramos que, en Sapé-PB, si bien históricamente la lucha por la tierra se ha constituido como oposición al poder y control ejercido por el capital azucarero, en contradicción, la autonomía y la reproducción campesina dependen hoy de la relación con esta fracción del capital, por los asalariados. trabajo en la plantación de caña de azúcar y por el arrendamiento de parte de los lotes por parte de los ingenios para el

1 Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, alyssonufpb@yahoo.com.br;

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ivantarginomoreira@yahoo.com.br;



cultivo de la caña de azúcar. La producción de las familias es fundamentalmente para la subsistencia, utilizando técnicas de cultivo tradicionales, a pesar de las experiencias agroecológicas consideradas exitosas en los propios asentamientos. Las posibilidades de comercialización se han ampliado, pero la venta del excedente aún depende del intermediario. Vemos un territorio en construcción, un territorio de esperanza, en el que los elementos de subordinación aún no han sido completamente abolidos. La conclusión es que, bajo la hegemonía del capital, no hay lugar para una política de Reforma Agraria efectiva en Brasil, que desconcentraría la propiedad de la tierra y permitiría al campesinado organizar la producción de manera autónoma.

Palabras clave: Reforma Agraria, campesinado, territorios de esperanza.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política de Reforma Agrária no Brasil e suas limitações, tendo como foco a realidade dos assentamentos rurais do município de Sapé-PB. Para a realização do estudo foram adotados dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre as políticas agrárias adotadas no Brasil e pesquisa de campo nos assentamentos rurais de Sapé. O ponto de partida foi identificar a origem da formação do Estado capitalista e sua relação com a defesa da propriedade privada e da manutenção da estrutura de classes.

Entendemos que o Estado contemporâneo existe para defender a propriedade privada capitalista, conforme as concepções de Hobbes (2003) e Locke (s.d.), e assegurar a reprodução da sociedade de classes, como concebido por Pachukanis (1988) e Offe (1984). Nesse sentido, as políticas públicas são encaradas como a ação ou a omissão do Estado com vistas a assegurar o funcionamento do sistema.

No Brasil, a relação entre grandes proprietários de terras e camponeses reflete bem essa concepção, pois historicamente o Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) atua como elemento de consolidação do poder dos grandes proprietários sobre os camponeses, valendo-se de todas as esferas de atuação e da violência para impedir o acesso à terra e para assegurar a exploração do trabalho.

O Estado brasileiro apresenta ainda duas características que os estudiosos da formação socioeconômica do país apontam como responsáveis pelo seu não desenvolvimento pleno.

Uma delas é a coexistência de relações arcaicas e modernas, como ressaltada por autores como Celso Furtado, Ignacio Rangel, José de Souza Martins, dentre outros. A



outra é o paternalismo, quase uma unanimidade entre os sociólogos e cientistas políticos brasileiros.

O latifúndio é entendido como um dos elementos arcaicos que ainda vigora no Brasil, a despeito da modernização e diversificação da economia ao longo do século XX. Os proprietários de terras preservam importante força política que não reflete essa modernização e diversificação das atividades econômicas, como é facilmente observável a partir da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Este poder remonta ao início da colonização do Brasil. Celso Furtado (2007), ao comparar a situação brasileira com a dos Estados Unidos da América (EUA), identifica que a principal força política da nascente nação norte-americana era formada por comerciantes urbanos e pequenos agricultores. No Brasil, com extensão territorial e desenvolvimento na época semelhante aos EUA, os grandes proprietários eram a única força política.

Essa diferença talvez explique a preocupação da sociedade americana em conter o poder monopolista do capital em várias esferas (ferrovias, petróleo, bancos etc.) e de limitar o tamanho das propriedades rurais. Já por aqui, mesmo com espaço capaz de abrigar inúmeras unidades produtivas familiares e um sem número de pequenos capitalistas, o território é dominado por latifúndios e os mercados por grandes oligopólios e monopólios.

A oligarquia agrária controla o Estado brasileiro desde o período colonial. A manutenção do poder político e econômico das oligarquias estaria no controle monopolístico da propriedade da terra, por isso só mexendo no direito de propriedade seria possível atacar a existência delas. Essas oligarquias sempre se constituíram como grupos armados, mantendo exércitos privados (jagunços, pistoleiros), e grande capacidade de mobilização das forças coercitivas do Estado, para impor de forma violenta sua vontade política e econômica. A resistência dos trabalhadores rurais, seja ocupando ou seja se mantendo na terra, representaria, portanto, uma forma de atacar as bases desse poder político local (MARTINS, 1993; 1994).

A categoria território na Geografia está intimamente relacionada a essa ideia de exercício de poder político. O conceito mais relevante é o de espaço geográfico, que é o objeto da Geografia, entendido como fruto do trabalho humano e das relações sociais de produção que se estabeleceram para formá-lo, conforme concepção do geógrafo Milton



Santos (1996), expoente da Geografia Crítica brasileira. O território é considerado uma fração desse espaço.

Para Santos (1996, p. 163), “não há produção que não seja produção de espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho”. Em síntese, “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”.

Nessa perspectiva, Moreira e Targino (2007) desenvolveram o conceito de “Territórios de Esperança”. Os autores assim denominam os espaços ocupados pelos camponeses em que se observam características de transição entre o modelo tradicional, que chamam de territórios de exploração, e o território utópico, em que os elementos de subordinação seriam completamente abolidos. Não se trata, contudo, de um modelo a ser replicado em áreas reformadas ou naquelas em que a pequena propriedade familiar é relevante.

A evolução das abordagens e concepções sobre território apontam para uma compreensão ampla de relações sociais e de poder, em que aspectos econômicos, políticos e culturais costumam se sobressair. Nas abordagens mais recentes, elementos como redes virtuais, símbolos, cultura e outros elementos imateriais enriqueceram as concepções de território ao propiciarem novas formas de relações sociais e de poder.

Entendendo o espaço geográfico como uma construção histórica e social, a partir do trabalho humano e sua interação com a natureza e os semelhantes, e o território como uma fração desse espaço, a Reforma Agrária se insere na perspectiva de território com vistas a alterar a estrutura de ocupação do espaço.

Nesse sentido, compreendemos que a Reforma Agrária não deve se limitar às dimensões política e econômica. Contudo, superar essas duas dimensões no Brasil se apresenta como o obstáculo mais difícil a se transpor. Para contornar o impasse histórico, os camponeses tentam construir esse território utópico nos espaços que ocupam, formando o que Moreira e Targino (2007) denominam de Territórios de Esperança.

Na pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2019, em assentamentos rurais no município de Sapé-PB, observamos que a produção era basicamente para subsistência, com uso de técnicas tradicionais de cultivo, baixa produtividade e sem preocupação com a fertilidade do solo, apesar de experiências agroecológicas consideradas bem-sucedidas nos próprios assentamentos. O pouco excedente é comercializado, principalmente por intermédio de atravessador.



Também observamos que o capital tem buscado monopolizar o território, arrendando áreas nos assentamentos para produção de cana-de-açúcar. A atividade representa a principal fonte de renda monetária das famílias, que é complementada com trabalho assalariado e por programas de transferências de renda, como aposentadoria rural e Bolsa Família.

Constatamos que a autonomia e a reprodução camponesa dependem da relação com o capital sucroalcooleiro. A expansão da atividade açucareira tende a aumentar a renda das famílias, permitindo melhoria nas condições de vida. Uma crise na atividade tenderia a aumentar a produção para autoconsumo, contudo, a posse da terra permitiria ao camponês enfrentar essa adversidade em situação muito melhor do que a que enfrentaria na condição de sem-terra.

Nas áreas reformadas pesquisadas, há, de fato, um território em construção, um território de esperança, que não é o antigo território de exploração mas também não é o território utópico, em que os elementos de subordinação teriam sido completamente abolidos.

Apesar dessas contradições, a criação dos assentamentos proporcionou melhoria nas condições de vida, assegurando de alguma forma a reprodução camponesa, com a permanência das famílias no território, e também como fornecedora de matéria-prima e força de trabalho para as usinas de açúcar e álcool da região.

O texto está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, abordaremos brevemente a política de Reforma Agrária no Brasil. Na seção seguinte, discutimos os limites da política agrária a partir da análise dos assentamentos rurais no município de Sapé, na Paraíba. Por fim, as considerações finais.

POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Como a Reforma Agrária é uma política pública identificada como redistributiva, com potencial para alterar a correlação de poder em dado espaço geográfico, enfrenta um processo político polarizado e repleto de conflitos.

A Reforma Agrária é definida por Oliveira (2007, p. 68) como “um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo”.



Para Fernandes (2012, p.14), a Reforma Agrária é, ao mesmo tempo, uma política de desconcentração fundiária e de desenvolvimento das áreas reformadas, que contribuem para o desenvolvimento territorial.

O sociólogo José de Souza Martins (1999, p. 107) considera a Reforma Agrária como uma política eminentemente capitalista. Ele denomina de Reforma Agrária toda ação que vise “desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social”. Em outras palavras, quando o latifúndio se apresenta como um entrave ao “desenvolvimento” da sociedade capitalista.

Um dos maiores expoentes da Reforma Agrária no Brasil, o engenheiro agrônomo e fazendeiro José Gomes da Silva (1971, p. 31), define a Reforma Agrária como um “processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política”.

Nessa definição, a Reforma Agrária aparece como uma política de emancipação social do campesinato. De certa forma, como uma ruptura com o modelo capitalista vigente.

Apesar de radical, a Reforma Agrária de Ribeiro (1987, p. 74) não rompe com o instituto da propriedade privada da terra porque, para ele, uma autêntica Reforma Agrária consiste na substituição da propriedade latifundiária pela propriedade familiar.

Uma definição que procura compatibilizar o aspecto social com o econômico é a do Estatuto da Terra, embora, evidentemente, sem vislumbrar qualquer possibilidade de ruptura.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) define a Reforma Agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Essa definição está em consonância com o entendimento da década de 1960 de que a Reforma Agrária seria uma política necessária para a expansão capitalista, pois possibilitaria tanto uma melhor distribuição da renda quanto um aumento da produtividade da economia.

Nessas várias definições de Reforma Agrária, observamos que os aspectos econômicos de alguma forma estão contemplados; que a propriedade privada, seja sob a



forma individual seja sob a forma familiar, estaria implicitamente assegurada na maioria das concepções; e que a Reforma Agrária é compreendida como uma política de Estado capitalista, com vistas a promover a continuidade do processo de acumulação, uma vez que o latifúndio é encarado como um entrave a esse processo. Apesar disso, em muitos países, inclusive no Brasil, a Reforma Agrária tem se apresentado como uma bandeira da “esquerda” política, isto é, de partidos trabalhistas, social-democratas, socialistas ou comunistas.

A desapropriação de terras improdutivas ou que não cumpram sua função social, como prevista na legislação brasileira, não tem sido a forma mais comum adotada pelos países que de alguma forma realizaram recentemente uma Reforma Agrária. A forma mais comum é o estabelecimento legal de limitação ao tamanho das propriedades rurais (CARTER, 2010).

A política de Reforma Agrária no Brasil está assegurada na Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, e é regida pela Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e pela Lei nº 8.629/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos ao tema.

O Estatuto da Terra prevê que a Reforma Agrária seja realizada por meio de planos periódicos. Mas, até hoje, apenas dois planos nacionais foram elaborados. O primeiro, em 1986, no processo de redemocratização do país, e o segundo, em 2002, no primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

A elaboração desses planos foi cercada de polêmicas, principalmente o primeiro, que provocou uma ampla mobilização das forças conservadoras contrárias à Reforma Agrária, com reflexos na Assembleia Nacional Constituinte. As metas previstas deveriam ser executadas em quatro anos, mas pressões de entidades ligadas ao latifúndio e representantes políticos desses grupos explicam o pouco (ou nenhum) empenho dos governos na execução. O desafio da Reforma Agrária é alterar a estrutura fundiária em favor das famílias camponesas, o que deveria ser o objetivo dessa política pública. Contudo, as tímidas ações nessa área passam longe desse objetivo.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, e Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, a Reforma Agrária realizada foi a possível, em razão da “correlação de forças políticas” e da dependência da economia brasileira ao modelo agroexportador. No governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, esse pêndulo se moveu um pouco mais para a direita, inviabilizando a política de Reforma Agrária.



Após a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, houve uma aceleração na desestruturação das políticas públicas, notadamente nas áreas de proteção aos trabalhadores do campo e da cidade e ao meio ambiente, o que se refletiu no aumento dos conflitos no campo.

As políticas ambiental e agrária passaram a ser conduzidas por representantes de um latifúndio anacrônico, que parecem ter desembarcado de uma das naus portuguesas que aportaram por aqui, no século XVI, com a missão de desmatar, explorar as riquezas e exterminar os “gentios”.

A voracidade e a velocidade com que essa estratégia tem sido executada, principalmente na área ambiental, assusta a comunidade internacional, que ameaça impor sanções aos produtos brasileiros e corte de investimentos estrangeiros no país, acendendo o alerta tanto no setor agroexportador quanto no mercado financeiro.

Nos 30 anos que separaram o fim da ditadura militar no Brasil e a ruptura política que depôs a presidente Dilma Rousseff, a esperança de Reforma Agrária se transformou em frustração. Marcada por alguns avanços e inúmeros retrocessos, a política agrária nesse período da história do país foi reativa às pressões sociais, embora todos os presidentes da República se mostrassem publicamente favoráveis à Reforma Agrária.

Nesse ambiente, a luta do campesinato pela sobrevivência oscila entre a resistência silenciosa e a reivindicação pelo acesso e permanência na terra, como discutiremos na próxima seção.

LIMITES DA POLÍTICA AGRÁRIA: OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB

Apesar de “condenados” ao desaparecimento, à medida que o capitalismo avançasse e inexoravelmente os transformasse em trabalhadores assalariados ou em capitalistas, os “atrasados” camponeses resistem. Mesmo não estando incluído nas relações sociais de produção capitalistas, o campesinato se reproduz contraditoriamente a partir de relações com o capital. A sobrevivência do campesinato é prova inconteste de que esta classe não está condenada ao desaparecimento. A criação e recriação do campesinato pelo capitalismo reforçam a ideia de que não se trata de uma classe estranha a esse modo de produção.



A luta dos camponeses, seja ela revolucionária ou não, é a luta pela sobrevivência. E é essa luta que tem possibilitado ao campesinato assegurar sua permanência. Além da terra, outro motivo que alimenta a luta no campo é a preservação da autonomia. Por essa razão, autores como Martins (1980) e Oliveira (s.d.) consideram a luta do campesinato como anticapitalista, justamente porque a subordinação ao capital entra em conflito com a autonomia camponesa. A principal forma de luta do campesinato é a resistência, que muitas vezes é silenciosa (SCOTT, 1976).

Enquanto a organização capitalista no campo está interessada nos aspectos econômico e financeiro e na preservação do poder político que a posse da terra confere, o camponês está interessado na preservação da vida em sentido amplo, que contempla aspectos como cultura e religião.

A luta do campesinato na Paraíba atingiu seu ápice no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a atuação das Ligas Camponesas, principalmente no município de Sapé. O movimento foi sufocado pela violência dos latifundiários e dos militares que tomaram o poder em 1964. Localizado na mesorregião da Mata Paraibana, distante 47 km da capital do Estado, o município possui uma área de 313,678 km², historicamente ocupada por grandes plantações comerciais de cana-de-açúcar e abacaxi, e uma população estimada para 2020 em 52.804 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A expansão da cana-de-açúcar foi o fator que desencadeou a luta camponesa contra o latifúndio, nos anos 1950 e 1960, com a criação e a forte atuação da Liga Camponesa de Sapé. Três décadas depois, foi justamente a crise da atividade sucroalcooleira, ameaçando a sobrevivência das famílias que direta ou indiretamente dependiam da cana-de-açúcar, que mobilizou novamente o campesinato, o que culminou na desapropriação de áreas pelo governo federal para assentar as famílias. Com efeito, a crise na produção sucroalcooleira, nos anos 1990, impulsionou a retomada da luta camponesa, o que resultou na criação dos assentamentos 21 de Abril, Padre Gino, João Pedro Teixeira (Boa Vista), Santa Helena (I, II e III), Nova Vivência e Rainha dos Anjos, entre os anos de 1996 e 1999. A implantação desses assentamentos foi resultado da luta dos trabalhadores ameaçados de expulsão das terra, contando com o apoio decisivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Nesses espaços, o campesinato procura construir um território utópico, em que a sobrevivência não se resume ao aspecto econômico e onde possam desenvolver sua



autonomia, sem a subordinação que caracteriza as relações sociais de produção da sociedade brasileira.

Na pesquisa de campo, observamos que as famílias camponesas produzem fundamentalmente para subsistência, com o cultivo de feijão, fava, batata, milho, inhame, macaxeira e mandioca, além de pequenos e médios animais, como galinhas, perus e bodes. A maioria dos parceiros utiliza técnicas tradicionais de cultivo, com baixa produtividade e sem preocupações com a fertilidade do solo, apesar de experiências agroecológicas consideradas bem-sucedidas nos próprios assentamentos. O pouco excedente é comercializado.

A assistência técnica é rara, mas alguns assentados relatam que no início do assentamento receberam orientação técnica. Outros afirmam que estão sem assistência técnica desde 2018, quando os cortes orçamentários do governo federal paralisaram as políticas públicas que beneficiavam as famílias da Reforma Agrária.

Em contraste, a produção de cana-de-açúcar para as usinas da região se dá com a utilização do pacote tecnológico que caracteriza o latifúndio monocultor no país, baseado na adoção de plantas geneticamente modificadas e no uso de fertilizantes e pesticidas químicos (agrotóxicos). O cultivo da cana representa a principal fonte de renda monetária das famílias assentadas. Como os recursos são insuficientes para assegurar a sobrevivência, é comum que integrantes dessas famílias recorram ao trabalho assalariado, principalmente no corte e processamento da cana-de-açúcar e no trabalho “alugado” em outros lotes. As famílias também dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e a aposentadoria rural.

Nos assentamentos do município de Sapé, tradicional produtor de abacaxi, também encontramos lotes que produzem o fruto na maior parte da área da parcela, notadamente naqueles próximos a fontes de água. Embora pequena, a produção de coco, caju, acerola, maracujá e melancia também figura entre as culturas desenvolvidas pelos assentados, mas como atividade acessória. Não se observou nenhum plantio com pretensões comerciais. As plantas encontram-se esparsas nos lotes, normalmente nos limites da terra ou próximo às casas.

Além da agricultura, há famílias que também desenvolvem atividades de artesanato e uma pequena pecuária leiteira.

Identificamos três métodos distintos de produção nos assentamentos. O mais comum é o roçado tradicional, com a utilização de poucos insumos e equipamentos,



para o cultivo de alimentos para autoconsumo. Uma fração dos assentados adotou a agroecologia (ou produção agroecológica), um conjunto de técnicas alternativas, desenvolvidas por pesquisadores, técnicos agrícolas e pelos próprios camponeses, que possibilitam, ao mesmo tempo, a viabilidade econômica da pequena produção familiar e a sustentabilidade ambiental. A principal característica desse método é a produção de alimentos saudáveis, sem utilização de adubos, fertilizantes químicos ou sementes transgênicas. Na produção comercial de abacaxi e cana-de-açúcar, utiliza-se sistemas de irrigação, defensivos agrícolas (agrotóxicos) e fertilizantes químicos. No mesmo lote, identificamos o uso de mais de um método de produção, dependendo do produto.

Se essa é a realidade da produção, a comercialização é um desafio ainda maior para os assentados. A comercialização da produção ocorre principalmente por intermédio de atravessador, que se apropria de aproximadamente metade do valor produzido. A alternativa é a comercialização direta, tendo as tradicionais feiras livres como principal canal de comercialização. Iniciativas promissoras, a exemplo das feiras agroecológicas e da instalação de espaços de comercialização como o Armazém do Campo – iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para venda direta da produção camponesa –, ainda são incipientes.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) são duas iniciativas que se apresentaram promissoras para o campesinato. Esses programas permitem ao agricultor familiar fornecer, a preços justos, sua produção para escolas, creches, hospitais, presídios, programas de distribuição de alimentos para famílias carentes. Contudo, os governos que assumiram o executivo federal a partir de 2016, a pretexto de equilibrar o orçamento público, têm reduzido significativamente os recursos destinados a essas ações.

As vendas diretas pela internet, em que pese a popularização dessa forma de comercialização, ainda não eram uma realidade na época em que a pesquisa de campo foi realizada. Com a pandemia de covid-19, apresentou-se como uma alternativa emergencial para conciliar a necessidade de alimentação com o recomendado isolamento social. Mesmo assim, não se converteu em um novo importante canal de comercialização da produção agrícola.

Um dado relevante é que as iniciativas de comercialização direta da produção da agricultura familiar paraibana têm ocorrido de forma autônoma pelos próprios camponeses, através de associações, ou com apoio de instituições públicas, como a



Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e a Prefeitura de João Pessoa. Não se observou a presença de nenhuma empresa privada com interesse em submeter os produtores e os consumidores.

Em síntese, constatamos que as possibilidades de comercialização direta da produção se ampliaram, mas a figura do atravessador não foi superada. A maioria ainda depende desse elo para se conectar ao mercado, o que reduz a renda potencial das famílias e limita a capacidade de reprodução camponesa. Uma política agrária bem-sucedida terá que, necessariamente, superar essa realidade.

Apesar da luta pela terra no município de Sapé, historicamente, ter se constituído como uma oposição ao poder e controle exercido pelo capital açucareiro no espaço municipal, observa-se que o capital tem buscado monopolizar o território através de parcerias com os camponeses para produção de cana-de-açúcar em lotes dos assentamentos.

Assim, mesmo reconhecendo as contradições e de que o processo de formação de territórios é dinâmico, ou seja, está permanentemente em construção, compreende-se que os Territórios de Esperança são territórios da luta camponesa para superar a exploração econômica, política e cultural no campo.

A adoção de uma efetiva política de Reforma Agrária, que desconcentre a propriedade da terra e permita ao campesinato organizar a produção autonomamente, só será possível com mudanças sociais mais profundas.

Como observado, o capital ainda preserva a hegemonia sobre as áreas reformadas, seja monopolizando o território, com as parcerias para o cultivo da cana-de-açúcar, seja se apropriando da renda no momento da venda do excedente produzido, com a permanência da figura do atravessador como principal forma de comercialização. As famílias assentadas dependem também da renda proveniente de outras atividades e de benefícios sociais para se reproduzirem. Esses fatos reforçam a percepção de que a experiência de Reforma Agrária não conseguiu consolidar de forma permanente o segmento camponês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entraves do latifúndio à expansão do capitalismo no Brasil têm sido contornados de tal forma que a Reforma Agrária é postergada indefinidamente. A



discussão ou a adoção de qualquer política pública que pretenda mexer na estrutura fundiária do país tem sido interdita por uma aliança agro-burguesa.

Decisões de política econômica e resistências político-institucionais, além de limitarem a capacidade reformista do Estado, fortaleceram os grupos políticos e econômicos contrários à luta dos trabalhadores.

A política de Reforma Agrária tem sido esvaziada, governo após governo. A avaliação de que “sofreram um grande retrocesso” tem sido recorrente a cada novo mandato presidencial. Essa expressão, embora possa soar como exagerada, infelizmente, se impõe quando confrontada com a realidade presente.

As previsões de que o avanço do capitalismo fatalmente levaria à extinção dos camponeses não se confirmaram. A permanência e a criação e recriação reforçam a tese de que o campesinato não é uma classe estranha ao capitalismo.

A luta camponesa, iniciada com a crise do setor sucroalcooleiro na região, resultou na criação pelo Incra dos assentamentos 21 de Abril, Padre Gino, João Pedro Teixeira (Boa Vista), Santa Helena (I, II e III), Nova Vivência e Rainha dos Anjos.

Nessas áreas, as famílias assentadas constroem seus Territórios de Esperança. Com relativa autonomia, desenvolvem atividades de subsistência e novas relações com o capital, especialmente o sucroalcooleiro, que monopoliza parte significativa do território e é responsável pela principal fonte de renda das famílias.

A recuperação da atividade açucareira, nos anos 2000, encontrou uma nova configuração do espaço que, durante séculos, foi território do capital. A solução encontrada foi tentar monopolizar o território, por meio de acordos com os assentados para a produção de cana-de-açúcar. O resultado é o que observamos nos projetos de assentamento do município de Sapé, em que a maior parte da área de cada parcela encontra-se subordinada ao capital sucroalcooleiro.

Contraditoriamente, a autonomia e a reprodução camponesa dependem hoje dessa relação com as usinas. Uma expansão da atividade sucroalcooleira tende a aumentar a renda monetária das famílias, permitindo melhora nas condições de vida. Uma crise possivelmente provocaria um aumento na produção para autoconsumo, conforme descrito por Furtado (2007), que classificou o fenômeno como “involução econômica”. Mesmo assim, a posse da terra permitiria ao camponês enfrentar essa adversidade em situação muito melhor do que a que enfrentaria na condição de sem-terra.



A análise dos assentamentos da Reforma Agrária no município de Sapé revela que há, de fato, um território em construção, um território de esperança, que não é o antigo território de exploração mas também não é o território utópico, em que os elementos de subordinação teriam sido completamente abolidos. Apesar das contradições observadas, a criação dos assentamentos proporcionou melhoria nas condições de vida, assegurando de alguma forma a reprodução camponesa, com a permanência das famílias nesses territórios, e também o fornecimento de matéria-prima e força de trabalho para as usinas de açúcar e álcool da região.

A conclusão é de que uma política que mude o espaço agrário só pode ocorrer num contexto mais amplo de mudança social, isto é, sob a hegemonia do capital não há espaço no Brasil para a adoção de uma política efetiva de Reforma Agrária, que desconcentre a propriedade da terra e permita ao campesinato organizar a produção autonomamente.

Para alcançar o desiderato, a utopia, a terra de trabalho, o território de esperança, só com a superação da atual condição. A continuidade da luta camponesa, alicerçada na família, na comunidade, na crença, na identidade cultural é o caminho para a construção desse espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da terra**. Lei nº 4.504/64. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 05 abr. 2017.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**. São Paulo: Unesp, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 14, p.1-23, ago. 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sapé-PB**. Sistema Cidades@. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sape/panorama>. Acesso em: 06 dez. 2020.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Vozes, s.d. (Clube do Livro Liberal)



MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Reforma Agrária – O impossível diálogo sobre a História possível. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, Presidente Prudente (SP), ano 10, n. 10, p. 72-93, jan.-jun. 2007.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

RIBEIRO, Nelson de F. **Caminhada e esperança da reforma agrária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, James C. **The moral economy of peasant**. Yale: Yale University Press, 1976.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil**: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.